

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023

**VOCÊ É
O FUTURO**  **SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE**



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2023

▪ O CONTEXTO ECONÓMICO

▪ CONJUNTURA INTERNACIONAL

O Panorama Económico Global em 2023 foi o mais desafiador como resultado de uma acumulação de diferentes factores externos, como a crise financeira de 2008, a pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia (que incrementou o preço das matérias primas) a guerra comercial e tecnológica entre China e os Estados Unidos que estão a revelar-se surpreendentemente resilientes.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado desde o seu pico de 2022, com um impacto menor do que o esperado no emprego e na actividade, reflectindo a evolução favorável do lado da oferta e a restritividade por parte dos bancos centrais, que mantiveram ancoradas às expectativas de inflação. Ao mesmo tempo, as elevadas taxas de juro destinadas a combater a inflação e a retirada do apoio orçamental num contexto de dívida elevada deverão pesar sobre o crescimento em 2024.

Este leque de eventos criou uma instabilidade social no continente Africano. Os orçamentos deterioraram-se, o ciclo económico está em baixa, a inflação está em alta, os impostos subiram, as taxas de crescimento caíram, a pobreza está a crescer e as taxas de investimento caíram.

Estima-se que o crescimento económico tenha sido mais forte do que o esperado no segundo semestre de 2023 nos Estados Unidos e em vários grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Em vários casos, a despesa pública e privada contribuiu para a recuperação, com os ganhos de rendimento disponível real a apoiarem o consumo num contexto de mercados de trabalho ainda retraídos, embora em abrandamento, e de as famílias recorrerem às suas poupanças acumuladas na era da pandemia.

Para reduzir a inflação, os principais bancos centrais aumentaram as taxas de juro para níveis restritivos em 2023, resultando em elevados custos hipotecários, desafios para as empresas no refinanciamento das suas dívidas, menor disponibilidade de crédito e menor investimento empresarial e residencial. Mas com o abrandamento da inflação, as expectativas do mercado de que as taxas directoras futuras irão diminuir contribuíram para uma redução nas taxas de juro de longo prazo e para o aumento dos mercados accionistas. Ainda assim, os custos dos empréstimos a longo prazo permanecem elevados tanto nos mercados avançados como nas emergentes e nas economias em desenvolvimento, em parte porque a dívida pública tem vindo a aumentar.

O crescimento global, estimado em 3,1% em 2023, deverá permanecer em 2024, antes de aumentar modestamente para 3,2% em 2025. No entanto, a projecção para o crescimento mundial em 2024 e 2025 está abaixo da média anual histórica (2000-2019) de 3,8%, reflectindo políticas monetárias restritivas e a retirada do apoio fiscal, bem como o baixo crescimento subjacente da produtividade.

Estas previsões baseiam-se em pressupostos de que os preços dos combustíveis e das matérias-primas não combustíveis diminuirão em 2024 e 2025 e que as taxas de juro diminuirão nas principais economias. Prevê-se que os preços médios anuais do petróleo caiam cerca de 2,3% em 2024, enquanto os preços das matérias-primas não combustíveis deverão cair 0,9%. As projecções do corpo técnico do FMI são de que as taxas directoras da Reserva Federal, Banco Central Europeu e do Banco de Inglaterra, permaneçam nos níveis actuais até ao segundo semestre de 2024, antes de diminuírem gradualmente à medida que a inflação avança.

▪ CONJUNTURA DOMÉSTICA

No horizonte económico doméstico de 2023, o fortalecimento do crescimento da actividade económica contribuiu para a manutenção do nível moderado do risco sistémico, a reflectir a continua melhoria da procura interna e externa e a execução de projectos energéticos. Segundo o relatório das Contas Nacionais Trimestrais, o PIB real moçambicano cresceu em 4,2% em 2023, a preços de mercado, foi influenciado pelo sector primário, “com maior destaque para o ramo da indústria mineira, seguiram-se a agricultura, pecuária, caça e silvicultura.

Em 2023, a inflação global para Moçambique situou-se em 5,3% em termos anuais, perto do centro do intervalo da meta do BM de ‘inflação de um dígito’. O actual cenário de base baseia-se na estabilidade dos preços globais dos alimentos e dos combustíveis, com riscos ascendentes mais elevados, decorrentes da crise em curso no Médio Oriente, do fenómeno climático El Niño e das pressões orçamentais internas. Entretanto, a orientação de política restritiva manteve as expectativas firmes e ancoradas em torno do meio do intervalo-alvo. Neste contexto, a inflação global permaneceu perto dos níveis de um dígito, e espera-se uma aceleração moderada para 6% no final de 2024 e 2025.

Ainda assim, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se de algumas vulnerabilidades, com destaque para o aumento do risco de cumprimento da legislação do sector bancário, risco cibernético e a instabilidade militar na região norte do país. A instabilidade no norte do país aumenta os gastos do Governo em logística militar, a vulnerabilidade de branqueamento de capitais e assistência humanitária encarece o acesso aos serviços financeiros, retarda a inclusão financeira e compromete a capacidade dos agentes económicos de honrarem os seus compromissos com o sector bancário, reflectindo no incremento do risco de crédito e da instabilidade financeira.

A Pressão sobre endividamento público interno junto ao sistema financeiro manteve-se em 2023, explicada, parcialmente pela limitada disponibilidade de recursos financeiros por parte do Estado. A relação entre a dívida pública e o produto interno bruto (PIB) do país piorou no primeiro semestre do ano, passando do anterior nível de “risco elevado” para “risco grave”, devido à manutenção de elevados níveis de dívida do Estado.

A retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional marcou o ano de 2022, após um período de seis anos de ausência desta instituição no suporte do Orçamento do Estado, o que sinaliza uma gradual melhoria da confiança do país no mercado internacional. A paz tende a melhorar na região norte do país como resultado da assistência das forças da SADC e os esforços das forças governamentais de Moçambique. O crescimento económico resultante do impacto da guerra na Ucrânia, tem vindo a ser mitigado pelas fracas ligações comerciais e de investimento entre Moçambique, Ucrânia e a Rússia, bem como pelo aumento dos preços internacionais dos principais produtos de exportação do País.

O governo projecta uma taxa de crescimento económico de 5,5% em 2024, com base no desempenho positivo esperado da indústria extractiva, da agricultura e dos transportes. Este é um dos pressupostos em que assentam o plano económico e social e o Orçamento do Estado para 2024. As metas do governo incluem a manutenção de uma taxa anual de inflação 7% e a exportação de bens no valor de 9,7 mil milhões de dólares americanos. Espera constituir reservas internacionais líquidas de 2,235 mil milhões de dólares o suficiente para cobrir três meses de importações de bens e serviços não factoriais (excluindo os megaprojectos).

▪ DESEMPENHO DO BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE

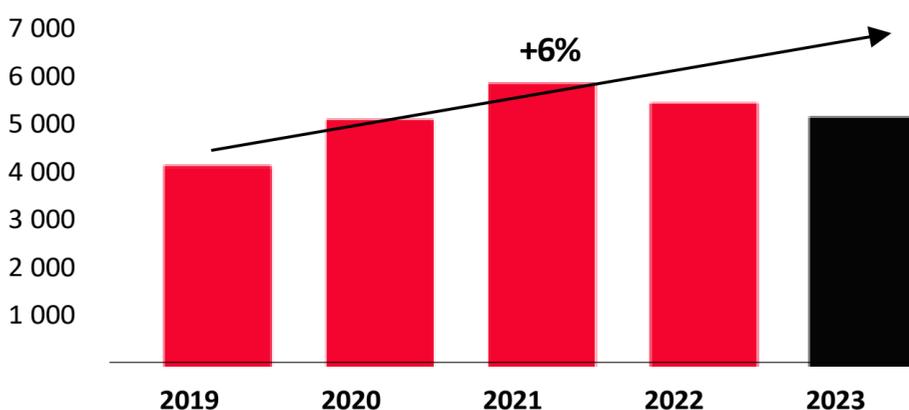
▪ ANÁLISE DO BALANÇO

Crédito e depósitos

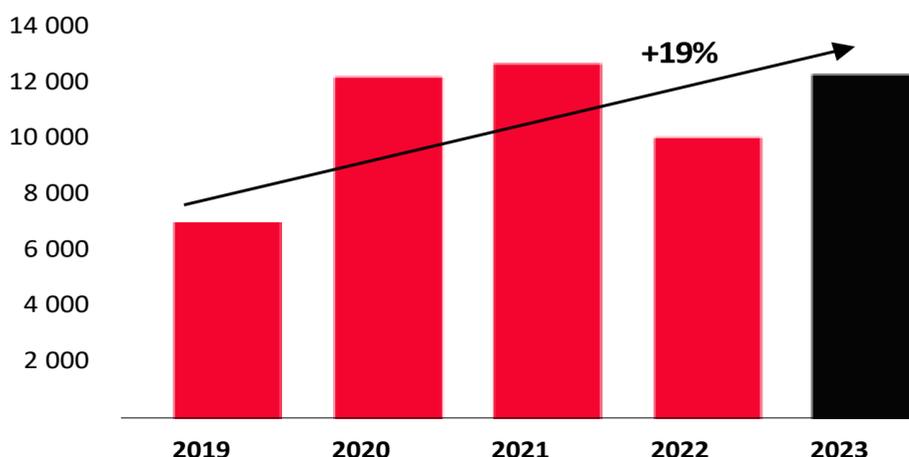
A carteira de crédito do Banco Société Générale Moçambique S.A. (doravante designado por SGM ou Banco) tem mostrado uma tendência crescente nos últimos 5 anos, reflectindo o compromisso e determinação do grupo Société Générale com o Banco. O gráfico abaixo mostra a evolução do nível de crédito aos clientes que no período em análise cresceu em média 6%.

O Banco Société Générale Moçambique S.A. tem vindo a crescer a um passo superior do que o mercado, apesar de em 2022 ter verificado retração na carteira de depósitos atribuído a dinâmica do mercado. O gráfico abaixo mostra a evolução do nível de depósito de clientes que no período em análise cresceu em média 19%.

Crédito a Clientes (Milhões MZN)



Depósito de Clientes (Milhões MZN)



PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO

Apresentamos no quadro abaixo os principais indicadores da estrutura do balanço. Estes mostram uma contínua evolução positiva, com maior destaque para o crescimento dos activos bancários, que em grande parte se justifica pela estabilidade da carteira de depósitos aliada a credibilidade que os clientes tem para com o Banco.

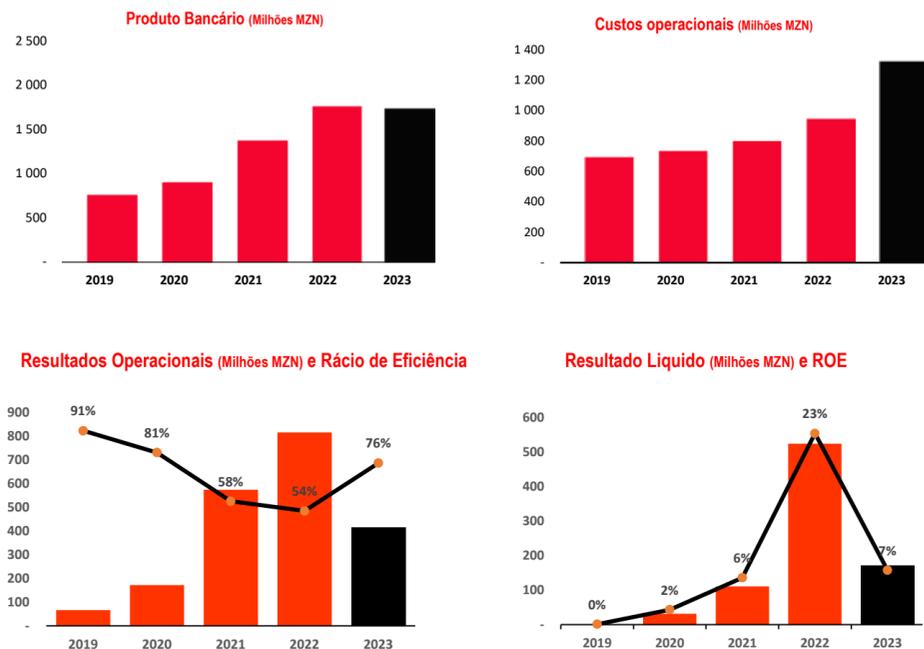
O ano de 2023 foi marcado pela confirmação da robustez do Banco, num ano de muitos desafios com ênfase em algumas alterações regulamentares e de política monetária. O crescimento de depósitos não se reflectiu no incremento de activos remunerados dado o efeito reservas obrigatórias, pese embora justifique o crescimento do Total dos activos. Este factor também justifica a redução significativa do peso dos activos remunerados sobre o total dos activos.

indicadores	2023	2022
Varição do total de activos bancários	20%	-12%
Varição dos activos remunerados	-5%	-9%
Varição do crédito a clientes	-5%	-7%
Varição dos depósitos de clientes	22%	-21%
Taxa de transformação	42%	54%
Activos remunerados/total do activo	65%	81%

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos têm melhorado ao longo dos anos e pelo quinto ano consecutivo o Banco apresenta um resultado positivo tendo alcançado um lucro de 172 milhões (524 milhões em 2022) representando um ROE de 7% (23% em 2022).

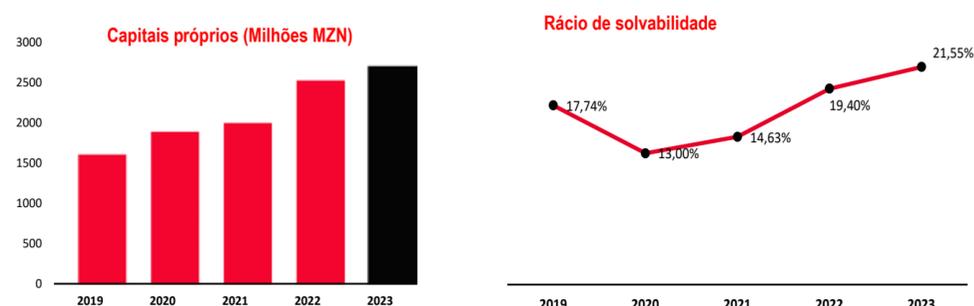
Este nível de performance é resultante do aumento da carteira de crédito, por consequência de uma base de depósitos sustentáveis, lançamento de novos productos, conjugado com uma política prudente de gestão dos custos operacionais e dos custos de risco. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos principais indicadores:



ANÁLISE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Nos últimos anos os capitais próprios do Banco têm sido influenciados pelos resultados positivos e injeções de capital social de acordo com o plano de investimento, reforçando a confiança no crescimento do Banco.

Estes aumentos permitiram que o Banco expandisse o negócio, e melhorasse o nível de rácio de solvabilidade global que se situa em 21.55%, significativamente acima do limite prudencial mínimo de 12% e da média do mercado. Os gráficos que se seguem mostram a evolução dos capitais próprios e do rácio de solvabilidade, respectivamente.



VISÃO E VALORES

Nossa Visão

Construimos juntos, em parceria com os nossos Clientes, soluções inovadoras para o crescimento sustentável e inclusivo de Moçambique, oferecendo uma experiência de excelência alicerçada ao conhecimento e fiabilidade internacional do Grupo SG, para nos tornarmos o Banco de eleição do nosso Mercado.

Nossos Valores

Espírito de Equipa: caracteriza-se por um sentido de serviço e parceria entre nós e os nossos Clientes, que pretende tornar o Banco Société Générale Moçambique um banco líder no relacionamento com o Cliente. Trabalhamos com os nossos Clientes da mesma forma que trabalhamos uns com os outros: ouvimos, construimos juntos, valorizamos as contribuições e juntos unidos nos nossos sucessos e nas nossas dificuldades.

Responsabilidade: consiste em tomar decisões rápidas para satisfazer as necessidades dos Clientes e da organização sem sacrificar os seus objectivos a longo prazo. Tanto Individual como colectivo, assumimos a responsabilidade pelas acções e decisões, dando importância aos resultados como às consequências das decisões para todas as partes interessadas.

Inovação: é proporcionar valor acrescentado com grande simplificação no atendimento aos nossos Clientes. Esforçamo-nos por melhorar continuamente, mudando a nossa forma de trabalhar, promover a partilha, a experimentação e o pensamento inovador.

Compromisso: é marcar a diferença e contribuir para o sucesso dos Clientes e do Banco, resultando num elevado nível de serviço e desempenho.

NOSSA PROPOSTA

- Banca comercial integrada, dedicada à área Corporativa, PME e Particulares. Estamos focados na qualidade dos nossos serviços, profissionalismo da equipa, rápida execução das transacções com preços competitivos, e estamos ligados ao desenvolvimento de soluções à medida;
- Atendimento personalizado e um compromisso com excelência;
- Banca Transaccional | Financiamentos | Comércio Doméstico e Internacional | Banca Electrónica | Seguros.

SOLUÇÕES INOVADORAS

Temos um espírito pioneiro e acreditamos firmemente que a inovação é a chave para um mundo mais responsável. O Société Générale Moçambique ajuda a concretizar novos modelos de negócios e cria soluções únicas graças à nossa capacidade de combinar diferentes áreas de especialização com expectativas muito elevadas.

SOLUÇÕES RESPONSÁVEIS

Temos o compromisso de sempre ter uma abordagem ética com a disposição de preservar a confiança de longo prazo e fidelização. Acreditamos também que a capacidade de ter um impacto positivo para a sociedade e o meio-ambiente será fundamental para a transformação do sector bancário. Por estes motivos, consideramos a responsabilidade parte integrante de todos os produtos e serviços que propomos.

UM PARCEIRO DE CONFIANÇA

O Banco Société Générale Moçambique coloca a criação de valor para os seus Clientes no centro do seu modelo de negócio, colocando-se ao lado dos empreendedores no crescimento dos seus negócios e no desenvolvimento dos seus projectos. O Banco oferece valor acrescentado em todas as vertentes do seu negócio e em cada uma das suas linhas de negócio:

- Facilitar a vida dos nossos Clientes** – auxilia e fornece o serviço certo no momento certo;
- Aconselhamento** - coloca a nossa experiência ao serviço de todos os segmentos de clientes, adaptando o nosso apoio às questões enfrentadas por cada um deles;
- Conectar pessoas e empresas** – cria um vínculo entre aqueles que têm projectos e aqueles que podem ajudá-los;
- Avaliar e gerir riscos** – gerir riscos de forma rigorosa e responsável ao longo prazo;
- Salvaguarda dos interesses** - assume o compromisso de respeitar e proteger os interesses de todos, visando simultaneamente os mais elevados padrões de segurança e qualidade de serviço.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE

A satisfação do Cliente é uma prioridade para o banco e é neste âmbito que a mesma é medida regularmente com o objectivo de recolher o feedback dos nossos Clientes nas diversas linhas de negócio. O Banco adoptou uma abordagem estruturada para monitorar a satisfação dos Clientes através de um conjunto de ferramentas: inquéritos de opinião, visitas surpresa, chamadas de cortesia, questionários e classificações de *net promoter score*.

Estamos numa era de transformação digital caracterizada pelo uso das tecnologias para solucionar problemas do quotidiano, e como consequência, temos Clientes cada vez mais exigentes, mais informados, que nos convidam a melhorar a nossa forma de ser e estar no nosso modo de agir. E fazemos parte de um sector cada vez mais regulamentado e tendente a uma acção mais visível para garantir a protecção do direito dos consumidores, o Banco possui um processo formalizado para tratamento e

gestão de reclamações dos Clientes de forma célere e eficiente gerido por nossa equipa de qualidade, com foco na protecção dos nossos Clientes e na vanguarda de todas as nossas operações.

CULTURA ORGANIZACIONAL

o Cultura Corporativa e Ética

Para o Grupo Société Générale, inculcar uma cultura de responsabilidade baseada em valores fortes, nomeadamente através do nosso Código de Conduta, significa observar os mais elevados padrões de integridade e comportamento em todas as linhas de negócio e países onde operamos. O Banco estabeleceu princípios éticos e garante que todos os nossos colaboradores os cumprem. Como empregador responsável, estamos empenhados em garantir o respeito pelos direitos humanos e implementar medidas apropriadas nos casos em que os nossos princípios não sejam respeitados.

o Experiência e Habilidades

O Banco presta especial atenção à qualidade do nosso diálogo com os órgãos representativos do pessoal, especialmente no que diz respeito à abordagem dos desafios das mudanças nas tendências empresariais e de emprego. Antecipa as necessidades de negócio do Banco, contrata e ajuda os nossos colaboradores a desenvolverem as suas carreiras, nomeadamente através de formação e mobilidade profissional interna e promoções, são essenciais para atrair e reter talentos e fortalecer a fidelização dos Colaboradores.

o Diversidade e Inclusão

Construir uma empresa inclusiva e que reflecta a diversidade dos seus Clientes é uma das principais ambições do Banco. Acima e além das obrigações regulamentares, o Grupo Société Générale trata a diversidade e a inclusão para todos como questões estratégicas para hoje e amanhã, e toma medidas proactivas neste sentido.

o Desempenho e Remuneração

Para atrair e reter talentos, o Banco Société Générale Moçambique implementa uma política de remuneração atractiva e justa, que reconhece a contribuição de cada Colaborador para o desempenho do Banco, garantindo ao mesmo tempo a gestão adequada dos riscos.

o Saúde e Segurança

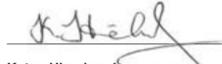
O Banco Société Générale Moçambique está empenhado em desenvolver um ambiente de trabalho respeitoso e seguro para permitir que cada um dos seus Colaboradores trabalhe em condições positivas para a sua saúde e o bem-estar, em particular através da promoção do equilíbrio adequado entre vida pessoal e profissional.

O Conselho de Administração


Mareme Mlaye
(Presidente do Conselho de Administração)


Beatrice VANDJI
(Administradora)


Adila FAKIM
(Administradora Interina)


Katan Hirachand
(Administrador)


Marie Désiré LÉO
(Administrador Interino)

APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do **BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

O Conselho de Administração procedeu a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

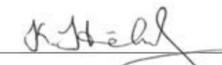
As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2023, constantes das páginas 12 a 57, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do **BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.**, em 29 de Abril de 2024 e vão assinadas em seu nome por:

O Conselho de Administração


Mareme Mlaye
(Presidente do Conselho de Administração)


Beatrice VANDJI
(Administradora)


Adila FAKIM
(Administradora Interina)


Katan Hirachand
(Administrador)


Marie Désiré LÉO
(Administrador Interino)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas do

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras do **BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** (“o Banco”), constantes das páginas 13 a 65, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE MOÇAMBIQUE, S.A.** em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a Opinião com Reservas

Conforme referido na Nota 33 das Notas às demonstrações financeiras, devido a um incidente informático ocorrido no último trimestre de 2021, as demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de Dezembro de 2021 a 2023 foram preparadas a partir de uma base de dados alternativa, criada a partir da aplicação informática core do Banco (base de dados principal), na qual foram efectuadas um conjunto de correções de modo a sanar os efeitos do incidente ocorrido.

A utilização de uma base de dados alternativa para suportar as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2023 constituiu uma limitação ao âmbito dos procedimentos necessários para a nossa auditoria.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma

distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014
Representada por:
Zacaria Fakir
Partner
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012
Maputo, 08 de Maio de 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	3	1 721 209 542	1 689 084 485
Juros e gastos similares	3	(499 596 846)	(495 769 795)
Margem financeira	3	1 221 612 696	1 193 314 690
Rendimentos de serviços e comissões	4	235 377 022	213 455 400
Encargos com serviços e comissões	4	(78 556 779)	(65 661 441)
Serviços e comissões líquidas	4	156 820 243	147 793 959
Operações financeiras líquidas	5	358 230 293	422 165 158
Total dos rendimentos operacionais		1 736 663 232	1 763 273 807
Gastos com pessoal	6	(450 565 203)	(417 209 206)
Depreciações e amortizações	18;19	(78 622 621)	(79 006 286)
Outros gastos operacionais	7	(794 211 913)	(452 009 735)
Outros rendimentos operacionais	8	46 322 129	(24 526 738)
Lucro antes do imposto e imparidades		459 585 623	790 521 842
Perdas por imparidade de crédito	15	(353 357 540)	(468 706 432)
Reversão de perdas por imparidade de crédito	15	200 919 395	403 546 784
Imparidade de outros activos	18;19	-	(1 652 231)
Imparidade de activos financeiros	12;13	(546 550)	-
Provisões	23	3 003 667	(38 292 908)
Lucro antes do imposto		309 604 595	685 417 055
Imposto corrente	9	(136 976 062)	(160 523 060)
Lucro líquido do exercício		172 628 533	524 893 994
Outro rendimento integral líquido de imposto		-	-
Total do rendimento integral do exercício		172 628 533	524 893 994

O Director Financeiro

O Director Executivo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023	2022
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	4 397 947 923	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	11	1 900 583 510	1 819 464 053
Aplicações em instituições de crédito	12	3 305 403 852	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	292 978 289	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	5 175 915 064	5 471 255 041
Outros activos	16	46 202 566	37 126 242
Propriedades de investimento	17	-	258 436 500
Activos tangíveis e direito de uso de activo	18	1 307 476 870	931 065 224
Activos intangíveis	19	20 292 879	2 899 827
Activos por impostos correntes	20	22 127 154	22 027 154
Total de activos		16 499 933 109	13 782 804 169
Passivos			
Recursos de instituições de crédito	21	711 417 394	680 279 296
Depósitos de clientes	22	12 290 726 485	10 051 790 711
Provisões	23	132 924 211	142 800 440
Outros passivos	24	658 337 181	374 034 418
Total dos passivos		13 793 405 270	11 248 904 865
Capital próprio			
Capital social	25	2 647 200 000	2 647 200 000
Prémio de emissão	25	13 790 314	13 790 314
Reserva legal	26	298 517 174	107 827 929
Resultados transitados		(252 979 650)	(234 918 937)
Total do capital próprio		2 706 527 838	2 533 899 304
Total do capital próprio e passivo		16 499 933 109	13 782 804 169

O Director Financeiro

O Director Executivo



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Banco Societe Generale Moçambique, S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro 2023

Parecer do Fiscal Único

Em conformidade com os requisitos legais e estatutarios aplicaveis, vimos por este meio reportar aos Accionistas as nossas constatacoes do trabalho realizado no Banco Societe Generale Mocambique, S.A. referente ao exercicio findo em 31 de Dezembro de 2023.

Na nossa capacidade de Fiscal Unico, monitoramos as actividades do Banco durante o ano. Reunimos com varios niveis de gestao e questionamos sobre as actividades desenvolvidas ao longo do ano. Verificamos os relatórios e registos contabilísticos, bem como a documentacao de suporte, na medida em que consideramos necessario nas circunstancias. Recebemos plena cooperacao da gestao no desempenho das funcoes de Fiscal Unico, no que diz respeito ao fornecimento da informacao por nós solicitada.

Apoiamo-nos de forma extensiva no trabalho e relatórios do auditor externo independente do Banco, relativamente aos procedimentos realizados no cumprimento das nossas obrigacoes e na formulacao deste parecer respeitante as demonstracoes financeiras do Banco, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Conforme referido na Nota 33 das demonstracoes financeiras, devido a um incidente informatico ocorrido no ultimo trimestre de 2021, as demonstracoes financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2021 para 2023 foram preparadas a partir de uma base de dados alternativa, criada a partir da aplicacao informatica core do Banco (base de dados principal), na qual foi efectuado um conjunto de correcoes de modo a sanar os efeitos do incidente ocorrido.

A utilizacao de uma base de dados alternativa para suportar as demonstracoes financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2023 constituiu uma limitacao ao ambito do auditor externo independente e por inerencia do grau de dependencia tal como referido acima, no ambito do trabalho do Fiscal Unico. Esperamos que esta situacao seja sanada com a maior brevidade.

Com base nos relatórios do auditor externo independente e procedimentos por nós executados, recomendamos que os accionistas aprovelem as demonstracoes financeiras do Banco Societe Generale Mocambique, S.A. do exercicio findo em 31 de Dezembro de 2023 assim como a proposta de aplicacao dos resultados, conforme se segue:

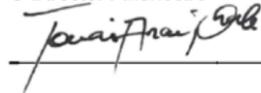
- Transferencia de 51 788 559.9, correspondentes a 30%, referentes a reservas legais; e
- Transferencia dos remanescentes 120 839 973.1 para conta de resultados

Abel Quaiaguia
KPMG
8 de Maio de 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Capital social Nota 25	Prémio de emissão Nota 25	Reserva legal Nota 26	Resultados transitados	Total do capital próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	2 647 200 000	13 790 314	107 827 929	(759 812 931)	2 009 005 311
Lucro líquido do exercício	-	-	-	524 893 994	524 893 994
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	2 647 200 000	13 790 314	107 827 929	(234 918 937)	2 533 899 306
Transferência para reserva legal	-	-	190 689 245	(190 689 245)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	172 628 533	172 628 533
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	2 647 200 000	13 790 314	298 517 174	(252 979 650)	2 706 527 838

O Director Financeiro



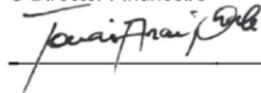
O Director Executivo



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023	2022
Actividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		172 628 533	524 893 994
<i>Ajustamentos de:</i>			
Depreciações e amortizações	18,19	78 622 621	79 006 286
Perdas por imparidade de crédito	15	353 357 540	468 706 432
Imparidade de activos intangíveis	19	-	1 703 451
Imparidade de activos tangíveis	18	-	(51 220)
Imparidade de activos financeiros	12;13	(546 550)	-
Reversão de imparidade de crédito	15	(200 919 395)	(403 546 784)
Créditos abatidos	15	(7 764 542)	(156 664 640)
Provisões	23	(3 003 667)	38 292 908
Varição de justo valor em propriedades de investimento	17	(21 564 300)	826 500
Varição de activos operacionais	15;16	141 590 052	527 486 294
Varição de reservas obrigatórias		(3 559 909 172)	270 631 908
Subtotal de Activos Operacionais (+ reservas)		(3 418 319 120)	716 127 723
Varição de passivos operacionais	21;22;24	2 544 500 405	(2 503 233 596)
Imposto sobre o rendimento		(100 000)	(100 000)
Fluxo de caixa gerado pelas actividades operacionais		(503 108 476)	(1 152 048 465)
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(164 137 298)	(58 891 522)
Aquisição de activos intangíveis	19	(22 891 840)	(7 871 323)
Aquisição de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	(294 928 290)	(294 804 486)
Reembolsos de instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	294 804 486	295 746 201
Fluxo de caixa gerado pelas actividades de investimento		(187 050 103)	(65 821 130)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(690 158 579)	(1 217 869 595)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5 681 515 057	6 899 384 652
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4 991 356 478	5 681 515 057
Cash and cash equivalents as follows:		2023	2022
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	4 397 947 923	1 280 546 445
Reservas junto do Banco Central	10	(4 612 578 808)	(1 052 669 636)
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	1 900 583 510	1 819 464 053
Aplicações em instituições de crédito	12	3 305 403 852	3 634 174 196
		4 991 356 478	5 681 515 057

O Director Financeiro



O Director Executivo



Introdução

O Banco Société Générale Moçambique, S.A. (doravante designado por SGM ou Banco) é um banco privado, constituído em 1999 com sede em Maputo – Moçambique. O Banco é detido em 65% por Société Générale Paris e 35% por Mauritius Commercial Bank. Actualmente o Banco tem sete agências, duas em Maputo, uma na Matola, três em Nampula e uma na Beira.

1. Principais políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Julho de 2023 e serão submetidas para aprovação pelos Accionistas na reunião da Assembleia Geral de Accionistas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores são arredondados em Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de determinadas políticas contabilísticas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho de Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras incluem as áreas que envolvem um maior grau de complexidade, e as áreas em que os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e métodos usados na estimativa de perdas por imparidade para empréstimos e adiantamentos a clientes estão descritos na alínea e) da nota 1.3 imparidade de activos financeiros e estão de acordo com a NIRF 9.

Justo Valor

O justo valor dos investimentos negociados num mercado financeiro activo e organizado, é determinado com base em cotações do mercado na data do balanço. Para investimentos onde não há um mercado activo, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de informação disponível no mercado, referencia ao valor de mercado actual de um outro instrumento com as mesmas características ou outros modelos de avaliação conforme mencionado na alínea d) da nota 1.3.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 9).

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de Contribuição Industrial, IRPS (Impostos sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre Empresas) e IVA (Mais detalhes são fornecidos na nota 9).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Não é expectável ser apresentado um impacto material em resultado de eventuais revisões à matéria colectável.

Loações

Prazo de arrendamento

O Banco determina o prazo de arrendamento como um prazo não cancelável de arrendamento, acrescentando a opção de períodos de prorrogação caso haja acordo entre as partes ou rescisão do contrato. O Banco possui vários contratos de arrendamento que incluem extensão e rescisão. O Banco faz julgamento para avaliar se é razoável ou não exercer a opção de renovação ou rescisão do arrendamento, ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para a renovação ou rescisão. Após a data de início, o Banco reavalia as condições de arrendamento, se existe um evento significativo ou mudanças que afectam a capacidade do Banco de exercer a sua opção de renovar ou rescindir o contrato.

Taxa incremental de empréstimo

O Banco não pode deliberadamente determinar a taxa implícita do contrato de arrendamento, o Banco deve usar a taxa incremental sobre o passivo de arrendamento. Esta taxa de juro é a que o Banco teria que pagar para um empréstimo de prazo semelhante, com uma garantia similar para obter um activo de valor semelhante em um ambiente económico semelhante. O Banco estima a taxa incremental usando dados observáveis como taxas de juros de mercado.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios.

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo esta a moeda funcional e moeda de apresentação. As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2023	2022
Dolar Americano	63,90	63,87
Euro	70,65	68,18
Rand Sul Africano	3,47	3,77

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os *inputs* se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos e adiantamentos a clientes

Os valores de Aplicações em instituições de crédito e Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

Activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo, são mensurados ao custo amortizado de acordo com as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

v) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco classifica instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral quando verificam-se as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos de acordo com o modelo de negócios com objectivo de receber fluxos de caixa contratuais e vender o activo.
- Os termos contratuais do activo financeiro dão a origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos ou perdas reconhecidos em outro rendimento integral. Juros recebidos, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos ganhos e perdas da mesma forma como os activos financeiros ao custo amortizado.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de taxa de juro efectiva.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Anulação devido a modificação substancial dos termos contratuais:

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torna um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda desreconhecível, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Stage 1 para fins de mensuração da perda esperada por imparidade, a menos que o novo empréstimo seja considerado comprado ou originou uma perda por imparidade.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo;
- Introdução de um componente no capital;
- Alteração na contraparte;
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério da colecta de pagamentos de capital e juros do capital em dívida.

ii) Desreconhecimento que não seja por modificação substancial de activos financeiros

Um activo financeiro é desreconhecido quando expira o direito de receber fluxos de caixa. O Banco também desreconhece os activos financeiros quando ambos tiverem sido transferidos e quando se qualificarem para o seu desreconhecimento.

O Banco transfere o activo financeiro quando:

- Transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa, ou
- Retém os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo de repassar.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é satisfeita, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro for substituído para o mesmo detentor, por outro com condições subs-

tancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) Determinação do justo valor

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de componentes de preços considerados para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.
- Nível 2 — Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3 — Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de componentes de preço que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo).

e) Imparidade de activos financeiros

O Banco tem registado perdas esperadas para todos empréstimos incluindo garantias financeiras e outros compromissos irrevogáveis como cartas de crédito, outros activos financeiros e instrumentos de dívida não detidos ao justo valor por lucros ou prejuízos. Os instrumentos de capital não são sujeitos a imparidade de acordo com a NIRF 9.

As imparidades esperadas são baseadas nas perdas de crédito esperadas durante a vida de um activo, a menos que não tenha havido aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que, nesse caso, a imparidade é determinada na base da perda esperada de crédito para os 12 meses.

A perda de crédito esperada para 12 meses, é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira do activo, que representa a perda de crédito esperada resultante de possíveis incumprimentos sobre um instrumento financeiro que possam ocorrer dentro de 12 meses após a data de reporte.

Tanto a perda de crédito esperada ao longo da vida e durante os 12 meses são calculadas individualmente ou colectivamente, dependendo da natureza da carteira sub-adjacente de instrumentos financeiros.

O Banco tem um comité onde avalia se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento durante o período remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima o Banco agrupa os empréstimos conforme descreve abaixo:

- Estágio 1- Quando as exposições não sofreram aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco reconhece a perda esperada com base em 12 meses, inclui também facilidades que foram reclassificadas do estágio 2 por terem mostrado melhorias no risco de crédito.
- Estágio 2- Quando uma exposição mostra um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não possui evidência objectiva de imparidade, o Banco reconhece a perda esperada com base na vida útil do instrumento financeiro. Inclui também neste estágio facilidades que foram reclassificadas do estágio 3 por terem mostrado melhorias significativas do risco de crédito.
- Estágio 3- Inclui facilidades consideradas em imparidade, o Banco reconhece perda esperada com base na vida do instrumento financeiro.
- Activos financeiros em imparidade comprados ou activos financeiros em imparidade originados são registados ao justo valor no reconhecimento inicial e os juros são subsequentemente registados a taxa de juro efectiva. As perdas esperadas são reconhecidas ou desreconhecidas a medida que haja alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas.

i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral

As perdas esperadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do rendimento integral, não reduzem o valor contabilístico desse activo financeiro na demonstração da posição financeira, ele, permanece ao seu justo valor. Alternativamente uma quantia igual à imparidade se o activo estivesse mensurado ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com a respectiva reflexão nos lucros ou prejuízos de uma redução do valor recuperável desse activo. As perdas acumuladas reconhecidas no rendimento integral são recicladas através dos lucros ou prejuízos até o desreconhecimento desse activo.

ii) Aquisição de activos financeiros em imparidade

Para activos financeiros adquiridos com perda por imparidade, o Banco apenas reconhece às variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida do activo partir do momento inicial.

iii) Cartões de crédito e outras facilidades

O Banco oferece uma variedade de produtos para corporate e retalho, tais como descobertos em conta e créditos em conta corrente, em que o Banco tem o direito de cancelar ou reduzir de imediato a facilidade. O Banco não limita as perdas de crédito com o período contratual, mas sim calcula de acordo com a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de incumprimento e procedimentos de mitigação de risco do Banco que pode incluir a redução ou cancelamento da facilidade. Para estes instrumentos o Banco calcula a perda esperada de crédito ao longo do período em que o Banco está exposto ao risco de crédito e a perda de imparidade esperada não será mitigada pelas acções da gestão de crédito, mesmo que esse período se estenda para além do máximo período contratual.

iv) Informação prospectiva

No modelo de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com uma variedade de informações prospectivas, relacionadas com *inputs* económicos tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas de referência do Banco Central
- Mercado imobiliário

Estes pressupostos usados para calcular as perdas de crédito esperadas nem sempre captam todas as características de mercado na data

das demonstrações financeiras, para reflectir esta possibilidade, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitas quando estas diferenças são materialmente significativas.

v) Avaliação de colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e com base no cronograma de relatórios trimestrais do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, é avaliado diariamente.

Sempre que possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Os outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. As garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) Abates

Os activos financeiros são abatidos totalmente ou parcialmente apenas quando se torna impossível a sua recuperação. Se o montante a ser abatido estiver acima do valor da imparidade acumulada, a diferença é primeiro acrescida à imparidade que é aplicada sobre o valor contabilístico bruto. As recuperações subsequentes de montantes abatidos são reconhecidas como dedução do gasto por perda da imparidade de crédito na demonstração de resultados.

f) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

h) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados de acordo com a IFRS 15.

i) Reclassificação de activos e passivos financeiros

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o reconhecimento inicial, fora em casos ou circunstâncias que o Banco adquira, dispõem de, ou termina uma linha de negócio. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

j) Reconhecimento de rédito e gasto

O Banco reconhece o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a retribuição que o Banco espera receber em troca de tais bens ou serviços.

i) Juros e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados ao justo valor, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período

mais curto que não se encontram em imparidade.

Quando um activo financeiro se torna em imparidade e é, portanto, considerado no “Estágio 3”, o Banco calcula o rédito de juros aplicando a taxa de juros efectiva ao custo amortizado do activo financeiro líquido. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais em imparidade, o Banco reverte para o rédito de juros brutos.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

- Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

- Comissões cobradas pela prestação de serviços

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) Rendimento líquido em operações financeiras

Os rendimentos líquidos em operações financeiras incluem os ganhos e as perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

l) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

O direito de uso do activo é apresentado na linha dos activos tangíveis na demonstração da posição financeira, a política de locações é apresentada no parágrafo q) Contratos de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de depreciação são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios	40 – 50
Obras em Edifícios arrendados	5 – 10 (limitados aos termos dos contratos)
Equipamento & Mobiliários	3 – 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

m) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças), desenvolvimentos adicionais feitos ao software e projectos em progresso feitos ao software, estes estão relacionados com pesquisas ou projectos de desenvolvimento adquiridos separadamente e reconhecidos como intangíveis. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais

perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 4 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido após alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo) é reconhecido em «Outros proveitos operacionais» ou «Outros gastos operacionais» no resultado do exercício, no ano em que o activo é desreconhecido.

n) **Propriedades de Investimentos**

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transacção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no justo valor de propriedades de investimento são incluídos no resultado do período em que ocorrem, incluindo o efeito fiscal correspondente. O justo valor é determinado com base em uma avaliação anual realizada por um avaliador independente externo credenciado, aplicando um modelo de avaliação recomendado pelo “International Valuation Standards Committee”.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando são alienadas ou quando são retirados de uso e quando não se espera nenhum benefício econômico futuro após a sua alienação. A diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contabilístico do activo é reconhecido em lucros ou perdas do período.

As transferências são feitas para (ou/de) propriedade de investimento somente quando há uma alteração no uso. Para uma transferência de uma propriedade de investimento para uma propriedade ocupada pelo proprietário, o custo considerado para a contabilização subsequente é o justo valor na data da alteração de uso. Se a propriedade de investimento se torna propriedade ocupada pelo proprietário, o Banco contabiliza tal propriedade de acordo com a política dos Activos tangíveis.

o) **Imparidade de activos não financeiros**

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, (ou unidade geradora de caixa) o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos os custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o *goodwill*, é efectuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda no valor recuperável do activo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

p) **Impostos**

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do *goodwill* ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício

e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

q) **Contratos de locação**

O Banco avalia se um contrato contém operações de locação, ou seja se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo por um período de tempo em troca de benefícios.

Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco aplica o mesmo princípio para o reconhecimento e mensuração de todos os contratos que contém locação, exceptuando os de curto prazo e os de baixo custo. O Banco reconhece o passivo de locação para fazer os pagamentos e o direito de uso do activo representa o direito que o Banco tem de usar o activo subjacente.

Direito de uso do activo

O Banco reconhece o direito de uso do activo no início da locação, ou seja a data em que o activo subjacente está disponível para o uso. Os activos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada, perdas de imparidade e qualquer remensuração do passivo de arrendamento. O custo do direito de uso do activo inclui o valor dos passivos de locação, custos directos iniciais incorridos, os pagamentos das rendas feitas antes da data do início e são deduzidos os incentivos recebidos. O direito de uso do activo é depreciado pelo método linear ao longo do prazo contratual.

O direito de uso do activo é apresentado na nota de activos tangíveis e direito de uso do activo na posição financeira e estão sujeitos a testes de imparidade de acordo com a política do Banco. O direito de uso é composto por três agências e o tempo médio do contrato de arrendamento é de seis anos.

Passivo de locação

Na data do início do contrato o Banco reconhece o passivo de locação mensurado ao valor presente dos pagamentos das rendas a serem efectuadas durante o prazo do contrato. Os pagamentos da renda incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber), pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa e valores que sirvam de garantias do valor residual. Os pagamentos das rendas também incluem o preço da opção de compra e pagamento de multas pela rescisão do contrato, se as condições do contrato reflectirem a opção de terminar. Os pagamentos variáveis dos contratos de locação que não dependam de um indexante ou taxa, são reconhecidos como custos no período em que o evento ocorreu.

O passivo de locação está apresentado em outros passivos na posição financeira.

r) **Dividendos sobre acções ordinárias**

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

s) **Normas emitidas, mas não efectivas**

As normas e interpretações que foram emitidas, mas que não são efectivas até à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco, estão divulgadas de seguida. O Banco cumprirá as seguintes novas normas e interpretações a partir da data de entrada em vigor estabelecida.

IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para divulgações financeiras relacionadas com a sustentabilidade com o objectivo de exigir que uma entidade divulgue informação sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que seja útil para os utilizadores primários de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Esta norma é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima

A IFRS S2 estabelece os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os utilizadores primários de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Esta norma é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações relativas a acordos de financiamento de fornecedores

As alterações acrescentam requisitos de divulgação e “sinalizações” dentro dos requisitos de divulgação existentes, que solicitam às entidades que forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento de fornecedores. Esta alteração é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IFRS 16 Locações - Alterações para esclarecer como um vendedor-arrendatário mensura subsequentemente as transações de venda e relocação

A alteração clarifica como um vendedor-arrendatário mensura subsequentemente as transações de venda e relocação que satisfazem os requisitos da IFRS 15 para serem contabilizadas como uma venda. Esta alteração é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Alterações relativas à classificação de dívida com cláusulas restritivas

A alteração clarifica quais as condições que uma entidade deve cumprir no prazo de doze meses após o período de relato que afectam a classificação de um passivo. Esta alteração é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa - Alterações relativas a acordos de financiamento de fornecedores

As alterações acrescentam requisitos de divulgação e “sinalizações” dentro dos requisitos de divulgação existentes, que solicitam às entidades que forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento de fornecedores. Esta alteração é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2024.

IAS 21 Efeito das alterações nas taxas de câmbio

As alterações contêm orientações para especificar quando uma moeda é trocável e como determinar a taxa de câmbio quando não o é. Esta alteração é de aplicação obrigatória em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2025.

2. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

No exercício findo de 31 de Dezembro de 2023, o Banco não procedeu a nenhuma alteração de políticas contabilísticas nem de estimativas contabilísticas.

a) Novas normas e alterações das normas e interpretações

As novas normas e alterações adoptadas no corrente exercício não tiveram impacto significativo nas nossas demonstrações financeiras

3. Margem financeira

Os juros líquidos apresentam-se como segue:

	2023	2022
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	852 977 179	781 732 711
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	821 889 452	869 323 522
Juros de instrumentos de dívida ao custo amortizado	46 342 910	38 028 252
	<u>1 721 209 542</u>	<u>1 689 084 485</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	394 699 069	428 422 279
Juros de empréstimos no mercado monetário interbancário	98 871 759	62 017 215
Juros de passivos de locação	6 026 017	5 330 302
	<u>499 596 846</u>	<u>495 769 795</u>
	<u>1 221 612 696</u>	<u>1 193 314 690</u>

Os juros e rendimentos similares e juros e gastos similares aumentaram devido ao incremento do volume da carteira de crédito (o número de operações de crédito de curto prazo ocorridas durante o ano) e da carteira de depósito respectivamente.

Os juros de instrumentos da dívida ao custo amortizado aumentaram influenciados pelo incremento das taxas de juro e pelo aumento do volume de aplicações neste instrumento ao longo do ano.

4. Rendimento líquido de comissões e serviços

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas e cartas de crédito	125 171 751	92 249 767
Por serviços bancários realizados	109 989 023	120 226 171
Outros rendimentos de serviços e comissões	216 248	979 462
	<u>235 377 022</u>	<u>213 455 400</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	36 289 210	25 887 238
VISA e Mastercard	33 186 604	32 290 532
Outros encargos com serviços e comissões	9 080 965	7 483 671
	<u>78 556 779</u>	<u>65 661 441</u>
	<u>156 820 243</u>	<u>147 793 959</u>

A rubrica de rendimento líquido de comissões foi influenciada pelos seguintes pontos:

O Garantias prestadas e cartas de crédito - O Banco aumentou o volume de transacções de cartas de crédito, tendo recebido de comissões 81.662.307,65 Meticais (2022: 56.657.110,08 Meticais), acréscimo no volume em garantias bancárias tendo recebido de comissões 42.596.465,93 Meticais (2022: 35.595.656,99 Meticais).

Serviços bancários realizados - Foram maioritariamente influenciados pelas comissões das transferência de fundos 40.818.325,30 Meticais (2022: 40.990.222,28 Meticais). Encargos com serviços e comissões - Foram influenciados por serviços prestados pela VISA e Mastercard e Garantias Bancárias recebidas para cobertura de riscos de concentração de crédito.

5. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas referem-se a ganhos cambiais.

	2023	2022
Ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	3 215 137 197	483 577 369
Perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 856 906 904	61 412 211
	<u>358 230 293</u>	<u>422 165 158</u>

6. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:

	2023	2022
Remunerações dos colaboradores	437 647 189	404 269 346
Segurança social	12 918 015	12 939 861
	<u>450 565 203</u>	<u>417 209 206</u>

7. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Água, energia e combustíveis	6 025 389	4 234 266
Consumíveis	21 992 673	19 653 498
Rendas e alugueres	7 345 005	6 058 257
Comunicações	38 925 188	50 401 834
Despesas de deslocação e representação	14 647 077	27 189 456
Despesas de marketing	27 915 549	23 035 890
Avenças, honorários e serviços especializados	447 313 017	156 927 681
Manutenção e reparação	184 558 101	125 678 025
Seguros	15 246 587	16 314 415
Serviços judiciais contencioso e notariado	503 821	112 672
Segurança	10 906 537	8 441 463
Despesas de formação	8 148 227	3 140 933
Multas e outras penalidades	54 282	310 905
Taxas e licenças	1 943 702	1 764 725
Outras despesas	8 686 760	8 745 715
	794 211 913	452 009 735

Os outros gastos operacionais foram influenciados pelas seguintes rubricas que tiveram as variações mais significativas:

Comunicações em 2023 foram influenciadas pela redução significativo de linhas de dados 21.992.981,99 Meticaís (2022: 33.541.565,40 Meticaís).

Despesas de deslocação e representação, bem como as despesas de marketing reduziram devido a redução do volume de viagens internacionais assim como redução do volume de seminários com clientes estratégicos e em sistemas de IT.

Avenças, honorários e serviços especializados foram influenciados pelos serviços de consultoria em sistemas e no fecho de contas resultante do incidente de TI (Nota 33), serviços de gestão do grupo 156.160.020,35 Meticaís (2022: 118.275.626,18 Meticaís).

Manutenção e reparação foram influenciados pelo aumento dos serviços de manutenção de software 57.610.892,27 Meticaís (2022: 35.505.247,56 Meticaís), assistência técnica na área de canais eletrónicos 7.261.428,80 Meticaís (2022: 6.426.386,55 Meticaís) e pela redução dos custos de manutenção da assistência técnica na área de informática 26.325.370,19 Meticaís (2022: 41.793.172,21 Meticaís).

Despesas de formação constituem um dos grandes pilares estratégicos para o desenvolvimento dos colaboradores. Foram influenciadas pelas novas capacitações distribuídas por formações de carácter obrigatório e formações técnicas

8. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Reavaliação de imóveis (Nota 17)	21 564 300	(826 500)
Subarrendamento de escritórios	8 770 164	9 295 082
Outras reversões	28 612 259	26 698 125
Perdas/ Ganhos operacionais	(12 624 594)	(59 693 445)
	46 322 129	(24 526 738)

O aumento no Justo Valor dos investimentos em propriedades é resultante da reavaliação dos imóveis. Em perdas/ Ganhos operacionais o Banco reconheceu de forma prudente as perdas resultantes da anulação de investimentos em software em virtude do incidente informático ocorrido.

9. Impostos sobre rendimentos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Imposto corrente (taxa liberatória)	136 976 062	160 523 060
Imposto diferido	-	-
	136 976 062	160 523 060

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto sobre o rendimento é analisada como segue:

	2023		2022	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultado antes de imposto		309 604 595		685 417 055
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	99 073 470	32,00%	219 333 458
Correcções fiscais:				
Gastos não dedutíveis	21,39%	66 238 244	19,55%	51 231 696
Rendimentos não tributáveis	-72,47%	(224 367 077)	-49,29%	(258 705 312)
Prejuízos fiscais disponíveis para períodos	59,61%	59 055 362	0,00%	-
Utilização de prejuízos fiscais de períodos anteriores	0,00%	-	-2,27%	(11 894 859)
Imposto corrente	0,00%	-	0,00%	-
Imposto sobre rendimento a taxa liberatória		136 976 062		160 523 060
Total do imposto corrente	44,24%	136 976 062	23,42%	160 523 060

Os gastos não dedutíveis estão relacionados com o imposto retido na fonte sobre operações com o mercado monetário interbancário (cedências e bilhetes de tesouro).

* Lucro/(prejuízo) antes do imposto e depois da retenção na fonte.

9.2 Imposto diferido

A tabela a seguir mostra o imposto diferido reconhecimento na demonstração da posição financeira e as alterações reconhecidas em gastos com imposto:

	2022	Demonstração de resultados		2023
		Gastos	Rendimentos	
Activos por imposto diferido				
Prejuízos fiscais	75 981 593	-	(75 981 593)	-
	75 981 593	-	(75 981 593)	-
Passivos por imposto diferido				
Reavaliação de propriedades de investimento	(75 981 593)	75 981 593	-	-
	(75 981 593)	75 981 593	-	-

A reconciliação dos potenciais impostos diferidos é analisada como segue:

	2023	2022
Impostos diferidos dos anos anteriores	90,426,584	223,276,987
Imposto diferido expirado	(45,290,110)	(120,955,544)
Prejuízo fiscal do exercício	59,055,362	-
Utilização	-	(11,894,859)
Impostos diferidos líquidos para disponíveis para utilizar em períodos futuros	104,191,836	90,426,584

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais expiram após 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2023, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Os activos por impostos diferidos potenciais resultantes de prejuízos fiscais, no montante de 104,191,836 Meticaís, não foram objecto de reconhecimento integral em resultado do Conselho de Administração considerar não estarem reunidas as condições da IAS 12 para o efeito.

Ano de origem	Ano fim	Prejuízos fiscais	Tributação
2019	2024	31 578 038	10 104 972
2020	2025	83 898 172	26 847 415
2021	2026	25 575 272	8 184 087
2023	2028	184 548 006	59 055 362
		325 599 488	104 191 836

10. Caixa e Disponibilidades no Banco Central

A rubrica de Caixa e Disponibilidades no Banco Central é analisada como segue:

	2023	2022
Caixa	125 049 179	108 432 443
Banco de Moçambique	4 272 898 744	1 172 114 002
	4 397 947 923	1 280 546 445

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique, estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. O montante da reserva mínima obrigatória em referência a 31 de Dezembro de 2023 foi de 4.612.578.808 Meticais (2022: 1.052.669.636 Meticais) – este mínimo é comparável com o saldo médio mensal, sendo que a variação positiva é resultado do aumento da média dos depósitos em Moeda local e externa.

11. Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Bancos estrangeiros	1 864 791 000	1 731 260 493
Bancos locais	35 792 510	88 203 559
	1 900 583 510	1 819 464 053

O Banco possui contas junto do SG Paris, SG New York e Mauritius Commercial Bank, onde o Banco efectua suas operações com o estrangeiro, nomeadamente transferências, pagamentos e outras operações.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2023	2022
Depósitos no Banco de Moçambique	3 305 519 432	3 634 174 196
Imparidades	(115 580)	-
	3 305 403 852	3 634 174 196

A rubrica Depósitos no Banco de Moçambique representa aplicações de muito curto prazo no Banco de Moçambique, a uma taxa de juro efectiva de 14,25% para FPD e 17,25% para reverse repo, com vencimento em 02 de Janeiro de 2024 e 03 de Janeiro de 2024 respectivamente. (2022: Representa aplicações de muito curto prazo a uma taxa de juro efectiva de 14,25% para FPD e 17,29% para reverse repo, com vencimento em 03 e 04 de Janeiro de 2023).

13. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023			2022		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Bilhetes de tesouro						
Saldo inicial	294 804 486	-	294 804 486	295 746 201	-	295 746 201
Aquisições	456 283 071	-	456 283 071	10 994 160	-	10 994 160
Alienações/reembolsos	(457 678 297)	-	(457 678 297)	(11 935 875)	-	(11 935 875)
Imparidades	(430 971)	-	(430 971)	-	-	-
	292 978 289	-	292 978 289	294 804 486	-	294 804 486

O Banco possui em carteira bilhetes de tesouro, com taxas remuneratórias de 17,97% e 17,98% com vencimento a 13 de Março de 2024, e 17,73% com vencimento a 03 de Janeiro 2024.

14. Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023			2022		
	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor	Valor de aquisição	Efeito justo valor	Justo valor
Acções e outros títulos de rendimento variável						
Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)						
Saldo inicial	31 005 002	-	31 005 002	31 005 002	-	31 005 002
	31 005 002	-	31 005 002	31 005 002	-	31 005 002

O Banco regista nesta rubrica as acções da SIMO e classifica no nível 3. Este investimento encontra-se registado ao custo e em referência a 31 de Dezembro de 2023 não existia nenhuma evidência de imparidade.

15. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2023	2022
Empréstimo a clientes	5 944 335 265	6 096 799 132
Juros a receber	56 598 536	54 801 044
	6 000 933 801	6 151 600 176
Imparidade acumulada estágio 1	(127 586 434)	(117 506 953)
Imparidade acumulada estágio 2	(186 067 515)	(152 473 852)
Imparidade acumulada estágio 3	(511 364 788)	(410 364 331)
	5 175 915 064	5 471 255 041

A imparidade acumulada para crédito a clientes é como segue:

	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2023	117,506,953	152,473,852	410,364,331	680,345,135
Imparidade de novos activos originados ou comprados	79,005,546	112,018,652	162,333,342	353,357,540
Imparidade de activos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(68,926,065)	(78,424,989)	(53,568,342)	(200,919,395)
Abates	-	-	(7,764,542)	(7,764,542)
Saldo a 31 Dezembro 2023	127,586,434	186,067,515	511,364,788	825,018,737

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo a 1 Janeiro 2022	132,899,195	142,468,350	496,482,582	771,850,127
Imparidade de novos activos originados ou comprados	99,297,930	65,395,516	304,012,986	468,706,432
Imparidade de activos desreconhecidos ou reembolsados (excluindo abates)	(114,690,172)	(55,390,015)	(233,466,597)	(403,546,784)
Abates	-	-	(156,664,640)	(156,664,640)
Saldo a 31 Dezembro 2022	117,506,953	152,473,852	410,364,331	680,345,135

As tabelas abaixo mostram a qualidade do risco de crédito baseada na classificação interna do Banco, os valores apresentados são brutos de imparidade.

	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Qualidade de risco de crédito				
Vincendo	4 037 187 715	72 272 799	868 771 840	4 978 232 354
"Sub-standard grade"	4 037 187 715	72 272 799	868 771 840	4 978 232 354
Vencido	38 161 323	426 162 209	558 377 913	1 022 701 446
Vencido mas sem imparidade	38 091 227	353 073 588	2 777 787	393 942 602
Vencido com imparidade	70 096	73 088 621	555 600 126	628 758 843
Total	4 075 349 039	498 435 008	1 427 149 753	6 000 933 801

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Qualidade de risco de crédito				
Vincendo	4 294 399 013	26 283 029	844 662 712	5 165 344 753
"Sub-standard grade"	4 294 399 013	26 283 029	844 662 712	5 165 344 753
Vencido	65 621 349	349 769 946	570 864 128	986 255 423
Vencido mas sem imparidade	65 536 669	45 476 679	67 767 275	178 780 623
Vencido com imparidade	84 680	304 293 267	503 096 853	807 474 800
Total	4 360 020 361	376 052 975	1 415 526 840	6 151 600 176

A tabela abaixo demonstra o movimento nos resultados das imparidades e respectivas reversões.

	2023	2022
Saldo de abertura	680 345 135	771 850 127
Perdas por imparidade de crédito	353 357 540	468 706 432
Reversão de perdas por imparidade de crédito	(200 919 395)	(403 546 784)
Abates	(7 764 542)	(156 664 640)
Saldo final	825 018 737	680 345 135

16. Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

	2023	2022
Acréscimos de gastos	32 356 512	33 373 992
Devedores e outros valores a receber	5 996 550	3 752 250
Contas de compensação	7 849 504	-
Saldo	46 202 566	37 126 242

Os acréscimos de gastos incluem o diferimento de pagamentos antecipados de despesas referentes a seguros, licenças de softwares e outros.

17. Propriedade de investimentos

As propriedades de investimentos podem ser analisadas como segue:

	2023	2022
Saldo a 1 de Janeiro	258 436 500	259 263 000
Ganhos líquidos da mensuração do justo valor (Nota 8)	21 564 300	(826 500)
Transferência para activos tangíveis	(280 000 800)	-
Saldo a 31 de Dezembro	-	258 436 500

Em 2023, o Banco determinou a transferência das propriedades de investimento do Banco para activos tangíveis, que consistem em dois Edifícios em Maputo, com intuito de fazer uso como residência e escritórios multi-uso, contrariamente ao objectivo inicial de venda.

Em 31 de Dezembro de 2023, o justo valor dos imóveis foi baseado em avaliações realizadas por peritos independentes e credenciados que são especializados em valorizar esses tipos de propriedades de investimento.

O modelo de avaliação está de acordo com o recomendado pelo International Valuation Standards Committee.



**O FUTURO,
LADO A LADO**

18. Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

						Direito de uso do activo	Total
	Edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Edifícios	
Custo:							
1 de Janeiro de 2022	814 655 104	24 114 551	278 826 707	55 446 359	6 072 025	59 106 465	1 238 221 211
Adições	-	-	17 720 720	8 448 000	21 786 970	10 935 833	58 891 522
Abates	-	-	-	(4 213 500)	-	-	(4 213 500)
Transferências	-	-	5 790 757	-	(5 790 757)	-	-
31 de Dezembro de 2022	814 655 104	24 114 551	302 338 184	59 680 859	22 068 237	70 042 298	1 292 899 233
Adições	280 001 600	19 872 777	61 801 825	3 126 160	79 336 536	-	444 138 898
Abates	-	-	(208 281)	(3 332 000)	-	-	(3 540 281)
Transferências	-	-	804 794	-	(804 794)	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	1 094 656 704	43 987 328	364 736 523	59 475 019	100 599 979	70 042 298	1 733 497 850
	Edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Investimentos em curso	Edifícios	Total
Depreciações e imparidades acumuladas							
1 de Janeiro de 2022	74 540 539	4 809 539	171 787 775	27 816 397	2 356 120	20 917 787	302 228 157
Depreciação do exercício	16 084 584	2 411 455	28 314 110	9 300 904	-	7 759 519	63 870 572
Abates	-	-	-	(4 213 500)	-	-	(4 213 500)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de Activos	-	-	-	-	-	-	-
Reversao de Imparidade de Activos	-	-	-	-	(51 220)	-	(51 220)
31 de Dezembro de 2022	90 625 123	7 220 994	200 101 885	32 903 801	2 304 900	28 677 306	361 834 009
Depreciação do exercício	18 107 619	3 073 881	29 051 346	9 905 489	-	7 486 079	67 624 414
Abates	-	-	(105 442)	(3 332 000)	-	-	(3 437 442)
Transfências	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de Activos	-	-	-	-	-	-	-
Reversao de Imparidade de Activos	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	108 732 742	10 294 875	229 047 789	39 477 290	2 304 900	36 163 385	426 020 980
Valor líquido contabilístico							
31 de Dezembro de 2022	724 029 981	16 893 557	102 236 299	26 777 058	19 763 337	41 364 992	931 065 224
31 de Dezembro de 2023	985 923 962	33 692 453	135 688 734	19 997 729	98 295 079	33 878 913	1 307 476 870

Os investimos em curso incluem adiantamentos para aquisições de servidores e adiantamentos para as obras de remodelação dos edifícios do Business Center, cuja a conclusão e respectiva inauguração ocorreu em Abril de 2024 e outros equipamentos electrónicos. As adições em Equipamentos referem-se a aquisições de equipamentos no âmbito da melhoria das infraestruturas do Banco, a saber: móveis, computadores e outros equipamentos de informática.

19. Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software	Software em curso	Total
Custo:			
1 de Janeiro de 2022	306 740 472	7 323 354	314 063 825
Adições	1 905 017	5 966 305	7 871 323
Transferências	3 974 700	(3 974 700)	-
31 de Dezembro de 2022	312 620 189	9 314 959	321 935 151
Adições	5 029 906	17 861 934	22 891 840
Abates	(110 085 204)	(3 197 462)	(113 282 666)
Transferências	249 978	(249 978)	-
Outras Transferências	-	(12 012 988)	(12 012 988)
31 de Dezembro de 2023	207 814 869	11 716 465	219 531 337
	Software	Software em curso	Total
Amortizações e imparidades acumuladas			
1 de Janeiro de 2022	302 196 159	-	302 196 159
Amortização do exercício	15 135 714	-	15 135 714
Imparidade	1 703 451	-	1 703 451
31 de Dezembro de 2022	319 035 324	-	319 035 324
Amortização do exercício	10 998 207	-	10 998 207
Regularizações	(20 709 869)	-	(20 709 869)
Abates	(110 085 204)	-	(110 085 204)
Imparidade	-	-	-
31 de Dezembro de 2023	199 238 458	-	199 238 458
Valor líquido contabilístico			
31 de Dezembro de 2022	(6 415 135)	9 314 959	2 899 827
31 de Dezembro de 2023	8 576 410	11 716 465	20 292 879

Outras transferências incluem movimentos nas contas de software em contra-partida de proveitos/perdas resultante de projectos descontinuados e outros ajustamentos.

20. Activos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Pagamentos por conta IRPC	21 417 154	21 417 154
Pagamento especial por conta	710 000	610 000
	22 127 154	22 027 154

Os pagamentos por conta de IRPC referem-se a pagamentos efectuados nos exercicios anteriores a 2014. Para este montante, foi submetido um pedido de reembolso junto a Autoridade Tributária – o processo ainda está em análise. A Autoridade Tributária efectuou uma inspenção,

e aguarda-se pelo desfecho desde 2014. O Banco tem estado a insistir com a Autoridade Tributária para a obtenção da resposta.

21. Recursos de instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Empréstimos com Banco Central	232 937 523	341 673 409
Descobertos em depósito à ordem	-	201 276 215
Empréstimos com Bancos	478 479 871	137 329 671
	711 417 394	680 279 296

Os empréstimos com Banco Central no montante de 232.973.523,00 MZN (financiado pela KFW direccionado ao sector agrícola e MPME's) com a taxa de 7,5% e 7,75% respectivamente, com vencimento a 20 de Junho de 2024. Os empréstimos com Bancos representam tomadas em moeda estrangeira, designadamente em EUR e ZAR de curto prazo com o SG Paris no montante de 1.000.000 Euros a taxa de 132.04%, com o prazo de vencimento a 02 de Janeiro de 2024 e 116.000.000 de rands.

22. Depósitos de clientes

A rúbrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

	2023	2022
Depósitos à ordem	9 132 030 262	7 806 060 437
Depósitos a prazo	3 124 990 256	2 213 074 360
Juros a pagar	33 705 967	32 655 914
	12 290 726 485	10 051 790 711

Os depósitos à ordem incluem essencialmente contas correntes de clientes a taxas de juro marginais. Os depósitos a prazo apresentam taxas de juros entre 5% e 14% para moeda nacional e 0,1% e 2,75% para moeda estrangeira com a maturidade até 12 meses.

23. Provisões

Esta rúbrica analisa-se como segue:

	2023	2022
Provisões para garantias e compromissos	34 905 967	68 588 403
Outras provisões	98 018 244	74 212 036
	132 924 211	142 800 440

A análise de movimentos apresenta-se como segue:

	Garantias, Créditos documentários e compromissos assumidos	Risco operacional	Litígio	Total
1 de Janeiro 2022	53 912 793	27 001 288	1 328 735	104 507 531
Provisão do ano	56 686 939	8 617 297	-	80 304 236
Reversão das provisões	(42 011 328)	-	-	(42 011 328)
31 de Dezembro de 2022	68 588 404	35 618 585	1 328 735	142 800 440
Utilização das imparidades/provisões	-	(2 978 505)	-	(6 872 561)
Provisão do ano	30 969 337	-	742 435	61 648 106
Reversão das imparidades ou	(64 651 773)	-	-	(64 651 773)
31 de Dezembro de 2023	34 905 968	32 640 080	2 071 171	132 924 211

Garantias, créditos documentários e compromissos

O Banco possui compromissos irrevogáveis e passivos contingentes como parte do negócio normal do Banco com vista a atender as necessidades financeiras dos clientes. Estes normalmente são constituídos por garantias financeiras, cartas de crédito e compromissos de empréstimos. Estas operações não são reconhecidas na posição financeira do Banco, mas contém risco de crédito, por isso fazem parte dos riscos gerais do Banco.

Risco Operacional

Em 2021 o Banco registou uma provisão resultante de incidente de TI que originaram movimentos contabilísticos desiguais. Esta provisão destina-se a cobrir eventuais encargos que o Banco venha a incorrer para com clientes e outras entidades, em resultado das falhas ocorridas nos sistemas.

Litígio

O Banco tem alguns processos em litígio, relacionados com processos bancários que o Banco espera ter os processos concluídos em 2024.

Outros

Inclui provisões para riscos gerais bancários e fiscais relacionados com transacções em disputa que o Banco espera que os processos sejam encerrados no próximo ano.

24. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2023	2022
Contas a pagar		
Acréscimos de gastos	223 785 926	217 121 161
Impostos	23 177 139	23 911 630
Depósitos caução	122 921 608	64 872 360
Contas a regularizar	240 086 610	10 221 612
Outros	10 387 394	14 126 338
Passivo de locação	37 978 505	43 781 317
	658 337 181	374 034 418

Esta compreende passivos de curto prazo e sem juros, abaixo as rubricas que tiveram as variações mais significativas.

Os acréscimos de gastos aumentaram devido a serviços consultoria, Garantias Bancárias recebidas de Bancos correspondentes, subsidio de férias e bónus, serviços de gestão com o grupo. As contas a regularizar aumentaram devido às transacções com o Banco Central no âmbito da implementação do novo regime de compensação cuja a regularização ocorreu significativamente no primeiro trimestre de 2024.

25. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2023	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% do capital social
Accionistas				
Societe Generale	17 206 799	100	1 720 679 900	65,000%
MCB, Ltd	9 265 200	100	926 520 000	35,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%
2022				
Accionistas				
Societe Generale	17 206 799	100	1 720 679 900	65,000%
MCB, Ltd	9 265 200	100	926 520 000	35,000%
Alexandre Maymat	1	100	100	0,000%
	26 472 000		2 647 200 000	100,00%
	2023			2022
Prémio de emissão	13 790 314		13 790 314	
	13 790 314		13 790 314	

O capital social do Societe Generale Moçambique, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2023.

26. Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

	2023	2022
Reserva Legal	298 517 174	107 827 929
	298 517 174	107 827 929

Nos termos da legislação em vigor (Lei nr. 20/2020, de 31 de Dezembro), o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal nas seguintes proporções:

- a) 30%, quando as reservas constituídas forem inferiores ao capital realizado.
- b) 15%, quando as reservas constituídas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. A reserva relativa ao lucro de 2021 e 2022 foi constituída em 2023 após a aceitação das contas pelo Banco de Moçambique.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2023	2022
Depreciações e amortizações (nota 18,19)	(78 622 621)	(79 006 286)
Imparidade de crédito (nota 15)	(152 438 145)	(65 159 648)
Reavaliação de propriedades de investimento (nota 17)	21 564 300	(826 500)
Provisões	3 003 667	(38 292 908)
	(206 492 798)	(183 285 342)

28. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros apresenta-se como segue:

2023	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e contas a receber ao custo amortizado	Total
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	4 397 947 923	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1 900 583 510	1 900 583 510
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3 305 403 852	3 305 403 852
Bilhetes de tesouro	292 978 289	-	-	292 978 289
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 175 915 064	5 175 915 064
Outros activos	-	-	5 996 550	5 996 550
Total de activo	292 978 289	31 005 002	14 785 846 899	15 109 830 190
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			711 417 394	711 417 394
Depósitos de clientes			12 290 726 485	12 290 726 485
Provisões			132 924 211	132 924 211
Outros passivos			171 287 506	171 287 506
Total de passivo			13 306 355 597	13 306 355 597
2022				
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	1 280 546 445	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	1 819 464 053	1 819 464 053
Aplicações em instituições de crédito	-	-	3 634 174 196	3 634 174 196
Bilhetes de tesouro	294 804 486	-	-	294 804 486
Participação no capital da SIMO	-	31 005 002	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	5 471 255 041	5 471 255 041
Outros activos	-	-	3 752 250	3 752 250
Total de activo	294 804 486	31 005 002	12 209 191 985	12 535 001 473
			Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito			680 279 296	680 279 296
Depósitos de clientes			10 051 790 711	10 051 790 711
Outras provisões			142 800 440	142 800 440
Outros passivos			161 778 899	161 778 899
Total de passivo			11 036 649 346	11 036 649 346

29. Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos idênticos.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os componentes do preço que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam os componentes do preço que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis de hierarquia reavaliando a classificação final no fim de cada reporte e para as propriedades de investimento o Banco utiliza avaliadores independentes. Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	-	-
Participação no capital da SIMO	-	-	31 005 002	31 005 002
	-	-	31 005 002	31 005 002

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento (Nota 17)	-	-	258 436 500	258 436 500
Participação no capital da SIMO	-	-	31 005 002	31 005 002
	-	-	289 441 502	289 441 502

Activos mensurados ao custo amortizado

2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	4 258 742 915	-	4 258 742 915
	-	4 258 742 915	-	4 258 742 915

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimo e adiantamento a clientes	-	5 236 538 200	-	5 236 538 200
	-	5 236 538 200	-	5 236 538 200

A gestão avaliou todos os instrumentos financeiros e determinou que, para além de empréstimos e adiantamentos a clientes os valores aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é aquele pelo qual o instrumento financeiro pode ser transaccionado entre duas partes dispostas, sem que seja uma venda forçada ou liquidação.

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para determinar a estimativa de justo valor:

- O justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da abordagem do custo de reposição, baseado no método de custo e método de comparação de mercado. O justo valor foi determinado no final de 2023. (Nota 17)
- Empréstimos e adiantamento a clientes são descontados através da utilização da taxa dos bilhetes de tesouro de 17.73%

30. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Recursos de instituições de crédito	Outros passivos	Juros pagos	Remuneração dos órgãos de gestão	Custos administrativos
Societe Generale	2023	1 801 779 717	-	478 479 871	73 436 743	98 871 759	-	100 844 784
	2022	2 369 913 797	43 258 095	137 329 671	81 573 338	62 017 215	-	118 275 626
MCB, Ltd	2023	63 623	-	-	-	-	-	-
	2022	5 827 977	-	3 798 740	-	-	-	-
Management	2023	-	-	-	-	32 212 730	-	-
	2022	-	-	-	-	31 940 486	-	-

Os Outros passivos referem-se a facturas emitidas pelos accionistas.

31. Contingências e compromissos

Compromissos

	2023	2022
Garantias bancárias emitidas	2 327 056 787	2 714 385 845
Créditos documentários	2 912 498 997	3 742 782 366
Créditos não utilizados	671 802 929	1 628 307 954
	5 911 358 713	8 085 476 165

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também de vido à descida da notação de crédito do Banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o Banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode estar exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o banco teria de pagar se a garantia fosse executada.

Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2023 e 2022, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas.

O Banco apenas detém colaterais para crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	Notas	2023	2022
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	4 397 947 923	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	11	1 900 583 510	1 819 464 053
Aplicações em instituições de crédito	12	3 305 403 852	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	13	292 978 289	294 804 486
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	5 175 915 064	5 471 255 041
Outros activos	16	5 996 550	3 752 250
Total do activo na demonstração da posição financeira		15 078 825 188	12 503 996 469
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais			
Garantias bancárias emitidas		2 327 056 787	2 714 385 845
Créditos documentários		2 912 498 997	3 742 782 366
		5 239 555 784	6 457 168 211
Total da exposição ao risco de crédito		20 318 380 972	18 961 164 681

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Activos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimentos muito baixa:

2023

Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito

	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros	Valor líquido das garantias	Exposição líquida
Disponibilidades em instituições de crédito	1 900 583 510	-	-	-	-	-	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 305 403 852	-	-	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de	31 005 002	-	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 175 915 064	6 080 234	-	4 101 044 991	548 392 770	4 655 517 995	520 397 069
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	62 262 590	-	-	-	62 255 736	62 255 736	6 854
Empresas Privadas	4 277 947 254	6 080 234	-	3 477 352 360	441 424 402	3 924 856 996	353 090 258
Organizações Colectivas	698 473 001	-	-	533 500 000	-	533 500 000	164 973 001
Particulares	137 232 219	-	-	90 192 631	44 712 632	134 905 263	2 326 956
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	-	5 996 550
	10 711 882 268	6 080 234	-	4 101 044 991	548 392 770	4 655 517 995	6 056 364 272

2022

Justo valor das garantias recebidas face ao risco de crédito

	Exposição máxima ao risco de crédito	Disponibilidades	Cartas de crédito/garantias	Propriedades	Outros	Valor líquido das garantias	Exposição líquida
Disponibilidades em instituições de crédito	1 819 464 053	-	-	-	-	-	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	293 862 771	-	-	-	-	-	293 862 771
Activos financeiros ao justo valor através de	31 005 002	-	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5 471 255 041	6 500 000	-	4 341 113 676	578 867 731	4 926 481 406	544 773 635
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	62 262 590	-	-	-	62 255 736	62 255 736	6 854
Empresas Privadas	4 573 287 233	6 500 000	-	3 717 421 045	471 899 363	4 195 820 407	377 466 825
Organizações Colectivas	698 473 001	-	-	533 500 000	-	533 500 000	164 973 001
Particulares	137 232 219	-	-	90 192 631	44 712 632	134 905 263	2 326 956
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	-	3 752 250
	11 253 513 312	6 500 000	-	4 341 113 676	578 867 731	4 926 481 406	6 327 031 906

Activos financeiros renegociados

No caso de um cliente tornar-se inadimplente (non-performing) estágio 3, e temporariamente não puder pagar as moras, o cliente pode se qualificar para um período de remediação dando ao cliente a oportunidade de corrigir a situação. Quando o período de remediação expira a situação do cliente é reavaliada dando lugar a liquidação do activo financeiro ou renegociação dos termos o contrato.

Activos financeiros renegociados compreendem empréstimos no estágio 3 que foram renegociados e permanecem pelo menos por 12 meses nesta lista e contém também empréstimos que estão no estágio 2 movidos do estágio 3 e permanecem pelo menos por 6 meses no estágio 2 e não podem ter prestações em atraso.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimadas.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Quando há um aumento significativo no risco de crédito de um grupo ou subgrupo;
- Quando empréstimos amortizáveis estão 90 dias em atraso;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Quando se torna provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;
- Quando existem eventos de incumprimento em outras instituições; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar do decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - I. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - II. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - III. Depreciação do valor do colateral; e
 - IV. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate ocorre quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. O Banco assegura o saneamento dos activos dentro do exercício económico corrente, em conformidade com o previsto no artigo 11 do Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro ou quando determinado activo se torna incobrável (esgotados todos os mecanismos previstos para recuperação do activo).

A oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2023	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	4 397 947 923	-	-	292 978 289	-	-	-	4 690 926 212
Financeiro	-	1 900 583 510	3 305 403 852	-	31 005 002	698 473 001	-	5 935 465 365
Comércio	-	-	-	-	-	2 330 506 007	-	2 330 506 007
Indústria	-	-	-	-	-	76 399 186	-	76 399 186
Serviços	-	-	-	-	-	221 918 084	-	221 918 084
Transportes e	-	-	-	-	-	368 137 822	-	368 137 822
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1 096 936 788	-	1 096 936 788
Outros	-	-	-	-	-	383 544 176	5 996 550	389 540 726
	4 397 947 923	1 900 583 510	3 305 403 852	292 978 289	31 005 002	5 175 915 064	5 996 550	15 109 830 191

2022	Depósitos no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governo	1 280 546 445	-	-	294 804 486	-	-	-	1 575 350 931
Financeiro	-	1 819 464 053	3 634 174 196	-	31 005 002	698 473 001	-	6 183 116 251
Comércio	-	-	-	-	-	2 332 664 883	-	2 332 664 883
Indústria	-	-	-	-	-	76 399 186	-	76 399 186
Serviços	-	-	-	-	-	221 918 084	-	221 918 084
Transportes e	-	-	-	-	-	368 137 822	-	368 137 822
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	1 386 929 747	-	1 386 929 747
Outros	-	-	-	-	-	386 732 317	3 752 250	390 484 568
	1 280 546 445	1 819 464 053	3 634 174 196	294 804 486	31 005 002	5 471 255 041	3 752 250	12 535 001 472

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez, assim como diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém linhas de crédito com a casa mãe, que pode recorrer sempre que precisar. Adicionalmente o Banco possui reservas obrigatórias correspondentes a 39,5% para moeda estrangeira e 39% para moeda nacional do saldo médio dos depósitos de clientes e do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes.

O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas de activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2023	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	4 397 947 923	-	-	-	-	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	1 900 583 510	-	-	-	-	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	3 305 403 852	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	292 978 289	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 304 213 265	2 672 991 668	2 057 861 184	415 067 171	6 450 133 288
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	5 996 550
Total de activos	6 304 527 983	4 902 595 407	2 672 991 668	2 057 861 184	446 072 173	16 384 048 414
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	137 316 388	341 661 491	-	-	478 977 879
Recursos de clientes	9 132 827 632	702 026 893	2 316 154 868	199 656 927	-	12 350 666 320
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	16 656 082	37 978 505
Outros passivos	418 250 571	-	-	-	-	418 250 571
Total de passivos	9 551 078 203	840 740 376	2 662 312 873	215 085 740	16 656 082	13 285 873 274
Gap de liquidez	(3 246 550 220)	4 061 855 030	10 678 795	1 842 775 443	429 416 091	3 098 175 140

2022	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	1 280 546 445	-	-	-	-	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	1 819 464 053	-	-	-	-	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	3 634 174 196	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	-	293 862 771	-	-	-	293 862 771
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 304 213 265	2 672 991 668	2 057 861 184	415 067 171	6 450 133 288
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	3 752 250
Total de activos	3 103 762 748	5 232 250 232	2 672 991 668	2 057 861 184	446 072 173	13 512 938 004
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	338 592 603	341 661 491	-	-	680 254 093
Recursos de clientes	7 806 860 550	1 447 440 372	852 203 073	-	-	10 106 503 995
Passivo de locação	-	1 397 095	4 496 515	15 428 813	22 458 893	43 781 317
Outros passivos	330 253 102	-	-	-	-	330 253 102
Total de passivos	8 137 113 652	1 787 430 071	1 198 361 078	15 428 813	22 458 893	11 160 792 507
Gap de liquidez	(5 033 350 904)	3 444 820 161	1 474 630 590	2 042 432 370	423 613 280	2 352 145 497

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2023	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	4 397 947 923	4 397 947 923
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	1 900 583 510	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 305 403 852	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 299 246 992	2 266 168 242	1 610 499 831	-	5 175 915 064
Outros activos	-	-	-	5 996 550	5 996 550
Total de activos	4 897 629 133	2 266 168 242	1 610 499 831	6 335 532 985	15 109 830 191
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	478 479 871	232 937 523	-	-	711 417 394
Recursos de clientes	682 645 851	2 292 879 485	182 373 516	9 132 827 632	12 290 726 485
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	32 084 895	-	37 978 505
Outros passivos	-	-	-	418 250 571	418 250 571
Total de passivos	1 162 522 817	2 530 313 523	214 458 411	9 551 078 203	13 458 372 955
Sensibilidade da taxa de juro na posição	3 735 106 316	(264 145 281)	1 396 041 419	(3 215 545 219)	1 651 457 236

2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	> 1 ano	Não vencem juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	1 280 546 445	1 280 546 445
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	1 819 464 053	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	-	-	-	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	31 005 002	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 302 435 133	2 558 320 077	1 610 499 831	-	5 471 255 041
Outros activos	-	-	-	3 752 250	3 752 250
Total de activos	5 231 413 815	2 558 320 077	1 610 499 831	3 134 767 749	12 535 001 472
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	338 605 886	341 673 409	-	-	680 279 296
Recursos de clientes	1 437 783 830	807 146 331	-	7 806 860 550	10 051 790 710
Passivo de locação	1 397 095	4 496 515	37 887 706	-	43 781 317
Outros passivos	-	-	-	330 253 102	330 253 102
Total de passivos	1 777 786 811	1 153 316 256	37 887 706	8 137 113 652	11 106 104 424
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	3 453 627 003	1 405 003 822	1 572 612 124	(5 002 345 902)	1 428 897 048

A sensibilidade na demonstração dos resultados é o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a MIMO, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

O impacto nos capitais próprios é o mesmo nos resultados antes de impostos.

	Aumento/diminuição p.p.	Impacto nos resultados antes de impostos
2023	+75 pb	36 502 518
	-75 pb	(36 502 518)
2022	+75 pb	44 844 157
	-75 pb	(44 844 157)

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022

2023	MZN	USD	ZAR	EUR	Outras	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	4 010 507 131	328 053 320	28 672 108	30 715 364	-	4 397 947 923
Disponibilidades sobre instituições de crédito	32 444 223	1 771 141 412	76 465 788	15 189 335	5 342 753	1 900 583 510
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 305 403 852	-	-	-	-	3 305 403 852
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	292 978 289	-	-	-	-	292 978 289
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 581 962 234	361 786 053	76 466 445	155 700 333	-	5 175 915 064
Outros activos	5 996 550	-	-	-	-	5 996 550
Total	12 260 297 280	2 460 980 784	181 604 341	201 605 032	5 342 753	15 109 830 191
Passivos financeiros						
Disponibilidades de instituições de crédito	232 937 523	-	402 520 000	75 959 871	-	711 417 394
Disponibilidades de clientes	8 132 666 880	3 973 449 012	3 724 785	180 282 433	603 375	12 290 726 485
Passivo de locação	37 978 505	-	-	-	-	37 978 505
Outros passivos	418 250 571	-	-	-	-	418 250 571
Total	8 821 833 480	3 973 449 012	406 244 785	256 242 304	603 375	13 458 372 955
Exposição líquida	3 438 463 801	(1 512 468 227)	(224 640 444)	(54 637 272)	4 739 378	1 651 457 236
2022						
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	893 105 653	328 053 320	28 672 108	30 715 364	-	1 280 546 445
Disponibilidades sobre instituições de crédito	88 203 559	1 563 479 630	104 567 401	54 275 290	8 938 173	1 819 464 053
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 634 174 196	-	-	-	-	3 634 174 196
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	294 804 486	-	-	-	-	294 804 486
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31 005 002	-	-	-	-	31 005 002
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4 877 302 210	361 786 053	76 466 445	155 700 333	-	5 471 255 041
Outros activos	3 752 250	-	-	-	-	3 752 250
Total	9 822 347 356	2 253 319 002	209 705 954	240 690 987	8 938 173	12 535 001 472
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	341 673 409	-	201 276 215	137 329 671	-	680 279 296
Disponibilidades de clientes	7 370 576 519	2 505 403 711	12 756 909	160 802 669	2 250 903	10 051 790 711
Passivo de locação	43 781 317	-	-	-	-	43 781 317
Outros passivos	330 253 102	-	-	-	-	330 253 102
Total	8 086 284 346	2 505 403 711	214 033 124	298 132 340	2 250 903	11 106 104 425
Exposição líquida	1 736 063 009	(252 084 709)	(4 327 170)	(57 441 353)	6 687 270	1 428 897 047

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD, EUR e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	Alterações na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos
2023	0%	(710 413)
	0%	710 413
2022	-15%	37 257 380
	15%	(37 257 380)

	Alterações na taxa de câmbios de EUR	Impacto nos resultados antes de impostos
2023	4%	(1 979 379)
	-4%	1 979 379
2022	-21%	(10 577 173)
	21%	10 577 173

	Alterações na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos
2023	-8%	17 875 897
	8%	(17 875 897)
2022	-21%	206 580
	21%	(206 580)

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O SGM opera num modelo centralizado de gestão de capital. Os objectivos de gestão de capital conforme detalhado na estrutura de gestão de capital, são para cumprir com os rácios de capital exigidos pelo Banco de Moçambique e pelos objectivos traçados pelo Conselho de Administração para gerar capital suficiente para suportar o crescimento dos activos.

O capital é gerido de acordo com a estrutura de gestão de capital através do Comitê de Gestão de Activos e Passivos, são feitos relatórios periódicos sobre as posições de capital. Os riscos do capital são apresentados ao Comitê de Risco e ao Conselho de Administração. O Comitê de Gestão de Activos e Passivos tem encontros mensais onde revê, aprova e faz recomendações reactivas ao risco de capital. Este inclui o apetite ao risco, políticas, limites e utilizações.

De acordo com as directrizes do Banco de Moçambique no processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP), o grupo possui um processo de planeamento e gestão de capital. Todos os anos o SGM prepara e submete o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno ao Banco de Moçambique. O ICAAP é preparado pelos departamentos de Risco e Financeiro e é revisto pela gestão do Banco. O ICAAP é um processo contínuo e é revisto e actualizado sempre que houver mudanças significativas no plano estratégico do Banco.

O objectivo do ICAAP é de garantir que o Banco seja adequadamente capitalizado e que quando houver probabilidade de escassez de capital, a gestão do Banco procura garantir que as diferenças sejam resolvidas. O SGM promove o uso eficiente do capital alinhando as estratégias de negócio, apetite ao risco e retornos esperados com os requisitos de capital.

A tabela abaixo mostra de forma resumida o rácio de adequação de capital segundo o Banco de Moçambique a 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	2 647 200 000	2 647 200 000
Reservas elegíveis e resultados transitados	(113 300 695)	(748 931 512)
Activos intangíveis	(26 253 835)	(2 899 827)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	-	-
Fundos próprios (Tier I)	2 507 645 470	1 895 368 661
Fundos próprios complementares (Core Tier II)		
Outros	1 256 205	1 199 589
Fundos próprios complementares (Core Tier II)	1 256 205	1 199 589
Outros elementos a deduzir	(293 113 033)	-
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e II)	2 215 788 642	1 896 568 250
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	7 768 415 348	6 715 493 381
Fora da posição financeira	2 281 222 932	2 881 220 821
Risco operacional e de mercado	234 755 975	178 689 707
Total dos activos ponderados	10 284 394 255	9 775 403 908
Rácios prudenciais		
Core Tier I	24,64%	19,42%
Tier I Capital	24,38%	19,39%
Rácio de solvabilidade	21,55%	19,40%
Rácio de solvabilidade requerido	12,00%	12,00%

(*) Significa a diferença entre o cálculo da imparidade de crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

33. Princípio de continuidade

Em 2012, o Banco introduziu um novo Sistema Bancário Central (CBS). Desde 2014, o Banco opera com a mesma versão do CBS, que, apesar das manutenções periódicas, apresenta-se desactualizado.

Em Outubro de 2021, o Banco sofreu uma interrupção de serviço devido a um incidente de TI relacionado com um grande número de transações, afectando principalmente a capacidade do Banco de reflectir as informações da fonte primária do CBS no sistema de contabilidade.

Imediatamente após o incidente, foram tomadas medidas correctivas, para garantir a confiabilidade e sustentabilidade das operações com os clientes. Portanto, na perspectiva do Cliente não se verificaram impactos significativos. O incidente foi atempadamente comunicado ao regulador.

Foi implementado um plano de remediação do CBS com o apoio do provedor do sistema que está sendo monitorado de perto pela Gestão.

Por conseguinte, a Gestão desenvolveu uma abordagem alternativa com vista à correção das informações do CBS e à preparação das demonstrações financeiras. Esta abordagem consistiu na criação de uma base de dados fora do CBS (apenas para efeitos de preparação de demonstrações financeiras). Para evitar desrupções, todas as transações do Banco (incluindo, mas não se limitando a clientes e terceiros) continuam a ser registadas no actual CBS no dia-a-dia.

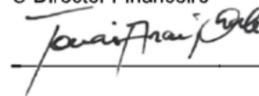
Foi mobilizado apoio externo substancial, com o objectivo de realizar procedimentos aprofundados para: i) verificar a precisão da base de dados fora do CBS e, por meio desta ii) documentar as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2023. A Gestão considera que a abordagem alternativa suporta adequadamente as demonstrações financeiras, que dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das operações do Banco em e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

O Conselho de Administração tomou a decisão de substituir o actual CBS. Esta decisão conta com o total apoio e cooperação dos accionistas. Os recursos necessários para esta mudança já foram assegurados e o novo CBS está programado para entrar em operação no primeiro trimestre de 2025. Todas as etapas realizadas neste projecto foram comunicadas ao regulador em devido tempo. A abordagem alternativa descrita acima para preparar as demonstrações financeiras será implementada até que o Banco mude o seu CBS. As demonstrações financeiras continuam a ser preparadas de acordo com o princípio da continuidade. A Gestão expressa total confiança na sua capacidade de conduzir os negócios no dia-a-dia de forma normal.

34. Acontecimentos após a data do balanço

Após o período de relato, e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis para a SGM, que afectam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.

O Director Financeiro



O Director Executivo




**O FUTURO,
LADO A LADO**

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV

(milhares de meticais)

	2023	2022
Juros e Rendimentos Similares	1 721 210	1 689 084
Juros e Encargos Similares	499 597	495 770
Margem Financeira	1 221 613	1 193 315
Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
Rendimentos com servicoes e Comissoes	236 486	213 843
Encargos com Servicos e Comissoes	(86 802)	(68 831)
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
Resultados de Reavaliacao Cambial	358 230	422 165
Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
Outros Resultados de Exploracao	(10 646)	(32 805)
Produto Bancario	1 718 881	1 727 687
Custo com Pessoal	449 789	417 209
Gastos Gerais Administrativos	784 493	442 773
Amortizacao do Exercicio	78 623	79 006
Provisoes Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes	0	23 617,30
Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	119 302	79 835
Imparidade de Outros Activos Liquidada de reversoes e Recuperacoes	(22 931)	(171)
Resultado Antes de Impostos	309 605	685 417
Impostos Correntes	136 976	160 523
Impostos Diferidos	-	-
Resultados após Impostos	172 629	524 894
Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	172 629	524 894

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III

(milhares de meticais)

ACTIVO	2023			2022	PASSIVO	2023	2022
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e Amortizações	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 397 948	-	4 397 948	1 280 546	Recursos de Bancos Centrais	232 938	341 673
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 900 584	-	1 900 584	1 819 464	Passivos Financeiros detidos para negociação	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	Recursos de outras instituições de créditos	478 480	342 367
Activos financeiros disponíveis para venda.	31 005	-	31 005	31 005	Recursos de clientes e outros empréstimos	12 290 726	10 051 982
Aplicações em instituições de crédito	3 305 404	-	3 305 404	3 634 174	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
Créditos a clientes	6 000 934	825 019	5 175 915,06	5 471 255,04	Derivados de cobertura	-	-
Investimentos detidos até a maturidade	292 978	-	292 978	294 804	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	Provisões	132 924	175 346
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	Passivos por impostos correntes	-	-
Propriedade de investimentos	-	-	-	258 437	Passivos por impostos diferidos	-	75 982
Outros activos tangíveis	1 697 334	389 858	1 307 477	889 700	Outros passivos subordinados	-	-
Activos intangíveis	219 531	199 238	20 293	2 900	Outros passivos	692 292	402 741
Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	Capital	2 647 200	2 647 200
Activos por impostos correntes	22 127	-	22 127	22 027	Premios de emissão	13 790	13 790
Activos por impostos diferidos	-	-	-	75 982	Outros instrumentos de capital	-	-
Outros activos	80 158	-	80 158	143 696	Acções próprias	-	-
					Reservas de reavaliação	-	-
					Outras reservas e resultados transitados	-127 091	-651 985
					Resultado do exercício	172 629	524 894
					(Dividendos antecipados)	-	-
TOTAL DO ACTIVO	17 948 003	1 414 115	16 533 888	13 923 990	TOTAL DO PASSÍVO	16 533 888	13 923 990

